



PERCALÇOS DA PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: FATORES SOCIOECONÔMICOS COMO CONDICIONANTES DA EVASÃO

MISHAPS OF STAYING IN HIGHER EDUCATION: SOCIOECONOMIC FACTORS AS CONDITIONING OF EVASION

Chaiane de Medeiros Rosa

Universidade Federal de Goiás – UFG

Ricardo Ribeiro

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP

Resumo

Este artigo propõe-se a desvelar o perfil dos estudantes de educação superior brasileira, para compreender a relação entre permanência nesse nível de ensino e os condicionantes de classe. Além disso, busca-se compreender o impacto das políticas de assistência estudantil na permanência dos estudantes com fragilidades socioeconômicas na educação superior. O trabalho realiza-se por meio de pesquisa bibliográfica e documental. A parte bibliográfica fundamenta-se em autores como Almeida e Veloso (2002), Baggi e Lopes (2011), Lima Júnior e Ostermann (2010), Oliveira e Catani (2011), Silva Filho et al. (2007), Zago (2006), e outros. A pesquisa documental ampara-se em dados obtidos por meio de estudos publicados pelo Ministério da Educação, Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Palavras-chave: Evasão. Permanência. Assistência estudantil.

Abstract

This article aims to unveil the profile of Brazilian higher education students to understand the relationship between permanence in that level of education and the class constraints. In addition, it seeks to understand the impact of student assistance policies in the permanence of students with socio-economic weaknesses in higher education. The work is carried out through documentary and bibliographical research. The bibliographical part is based on authors such as Almeida and Veloso (2002), Baggi and Lopes (2011), Lima Junior and Ostermann (2010), Oliveira and Catani (2011), Silva Filho et al. (2007), Zago (2006), and others. The documentary research sustains on data obtained from studies published by the Ministry of Education, National Association of Directors of Federal Institutions of Higher Education, Institute of Applied Economic Research and the Brazilian Institute of Geography and Statistics.

Keywords: Evasion. Permanence. Student assistance.



Considerações Iniciais

A educação superior vem passando por um processo de ressignificação importante a partir da década de 1990 no Brasil, o que se realiza em consonância com orientações de organismos multilaterais, tais como o Banco Mundial, Banco Internacional do Desenvolvimento, Fundo Monetário Internacional, dentre outros, que se mostram fortemente articulados com concepções e diretrizes de caráter neoliberal. “Os países periféricos são considerados pelos países hegemônicos uma promissora área de investimento para expansão do capital internacional. Daí a importância da educação estar inserida no setor de serviços do mercado internacional” (OLIVEIRA; CATANI, 2011, p. 49). Buscando se inserir na ordem econômica mundial, o Brasil é impulsionado pelos organismos internacionais a investir em educação, com vistas a conquistar espaço na ordem econômica global.

As políticas públicas voltadas para a educação superior adotadas pelos governos brasileiros, desenvolvidas a partir da gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e com maior foco nas gestões de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), estão direcionadas para a expansão desse nível de ensino. Isso porque, o nível de escolarização superior no Brasil ainda é pouco abrangente, atendendo a 15,10% dos jovens com idade entre 18 e 24 anos, de acordo com o Censo da Educação Superior de 2012. Por assim ser, viabilizar o acesso mais ampliado a esse nível de ensino tornou-se uma estratégia não apenas para democratizar a educação superior, em atendimento a uma alta demanda social, mas, também, para que o país atinja patamares que favoreçam sua integração na ordem econômica mundial.

A política de expansão da educação superior, apesar de não se apresentar como suficiente para suprir a carência de vagas, potencializa o acesso. Nesse contexto, é preciso considerar que, com essa ampliação das oportunidades de ingresso, novos segmentos sociais, historicamente excluídos desse nível de ensino, passam a integrá-lo. Esses novos



sujeitos que ingressam na universidade apresentam carências sociais, culturais, pedagógicas e econômicas. Nesse sentido, torna-se imprescindível pensar nos obstáculos que esses alunos enfrentam quando ingressam na educação superior para conseguirem lograr êxito em suas trajetórias acadêmicas, dificuldades essas que podem levá-los à evasão. Sendo assim, nesse contexto de ampliação da oferta de vagas, uma questão que se mostra emergente é possibilitar que os estudantes não apenas ingressem, mas que tenham melhores oportunidades para permanecer até a conclusão dos cursos.

Para que haja uma democratização efetiva da educação, são necessárias não apenas políticas de ampliação do acesso e fortalecimento em todos os níveis de ensino, mas, sobretudo, políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional (ZAGO, 2006). Por assim ser, torna-se necessário entender quais os fatores que contribuem para que os alunos abandonem os cursos, de modo que se possa pensar em estratégias para minimizar a saída dos mesmos das instituições de ensino no decorrer dos seus estudos.

Por essa perspectiva, propõe-se a observar o perfil dos estudantes de educação superior brasileira, de modo a compreender a relação entre permanência e os condicionantes de classe. Assim, este trabalho tem como escopo verificar de que modo os fatores econômicos influenciam no processo de evasão dos cursos de graduação no Brasil. Por fim, busca-se compreender a contribuição das políticas de assistência estudantil para a permanência dos estudantes com fragilidades socioeconômicas na educação superior.

Fragilidade socioeconômica e formação acadêmica: os condicionantes da evasão estudantil

Tratar da evasão requer, primeiramente, a classificação do conceito adotado para que seja possível saber de que lugar se fala. Entende-se que evasão é toda forma de

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



desligamento de um curso de graduação, o que corresponde a uma perda. No Brasil, é fato que o índice de evasão da educação superior tem se mostrado bastante elevado, tanto nas instituições públicas, quanto nas instituições privadas. Segundo pesquisa realizada pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp), a média geral de evasão na educação superior presencial brasileira é de 24,9%. Na rede pública esse índice é de 17,8%, e na rede privada de 27,4%. Portanto, há o indicativo de que um contingente acentuado de estudantes ingressa, mas, por razões de diversas ordens, não consegue concluir o curso.

A evasão de estudantes na educação superior é um problema que representa desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. No setor público, essas perdas constituem investimento sem retorno, e, no setor privado, significam uma perda de receitas. Nos dois casos, origina-se um quadro de inatividade em termos de estrutura física e humana (SILVA FILHO et al., 2007). No caso das universidades públicas, esse abandono representa um desperdício de recursos que penaliza duplamente os setores sociais menos favorecidos economicamente. Além dos jovens provenientes desse segmento social terem mais dificuldades para entrar em uma instituição pública, são os recursos gerados pela carga tributária que penalizam esse seguimento social, que financia essas instituições públicas, nas quais esses jovens têm dificuldades para entrar.

O problema da evasão torna-se ainda mais acentuado ao se considerar que a oferta de vagas nesse nível de ensino é ainda insuficiente. Sendo assim, a evasão faz com que os recursos investidos na educação superior sejam desvirtuados da missão de formar os indivíduos nesse nível de ensino. Desse modo, a evasão é prejudicial ao aluno que não tem o curso concluído, ao aluno que não ingressou devido ao número restrito de vagas, aos familiares que durante certo tempo colaboraram para a manutenção desse estudante na universidade, e ao Estado, que investiu em um aluno que não se formou por completo.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Independente do tipo de evasão (de curso, da instituição ou do sistema de ensino), o processo que a ocasiona é reflexo de uma gama de acontecimentos que perpassam a vida acadêmica dos estudantes. Assim, por mais que o ato de evasão seja uma decisão individual do aluno, é preciso ater-se para as situações efetivas que fazem com que o discente permaneça ou abandone a educação formal. Desse modo, as justificativas para a evasão podem estar relacionadas a características individuais, tais como interesses, sentimentos e expectativas; e com condições de vida, tais como trabalho, família e experiências acadêmicas (LIMA JÚNIOR; OSTERMANN, 2010). Esses condicionantes podem manifestar-se isoladamente ou integrados. Portanto, não há um único fator ou motivo que pode ser designado como justificativa para a evasão. Daí a necessidade de investigar quais são as reais causas que levam os alunos a abandonarem o curso superior.

Inicialmente, é necessária uma reflexão mais sistemática sobre a avaliação das instituições de educação superior e o processo de abandono dos cursos de graduação, bem como seus vários significados. O entendimento do processo de evasão dos cursos de graduação é essencial para o enfrentamento das crises em âmbito universitário, visto que a evasão pode ser entendida como uma maneira que os alunos encontram para se manifestar, pois sentem a necessidade de encontrar na universidade não apenas um ambiente para manifestação da diversidade, mas, também, um espaço que se proponha a discutir essas diferenças (ALMEIDA; VELOSO, 2002).

Para a compreensão do processo de evasão, é necessário reconhecer que as trajetórias formativas dos indivíduos são perpassadas por influências de diversos fatores como: histórico, social, cultural, familiar, econômico e outros. No caso deste estudo, o aspecto considerado como central, e logo, objeto de investigação, é o socioeconômico, uma vez que se entende que os indivíduos com melhores condições socioeconômicas conseguem construir uma trajetória escolar mais longa que aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade. Vale ressaltar que o viés adotado considera o panorama da



educação superior nacional em sua amplitude, não se dedicando ao detalhamento das especificidades regionais, de categoria administrativa, institucionais ou outras.

Nesse ensino, torna-se importante demonstrar a diferença da taxa de escolarização entre os componentes dos diferentes estratos econômicos da sociedade brasileira, fato que pode ser comprovado pela análise do percentual de estudantes nas universidades federais por classe econômica. Para tanto, a seguir é apresentado um conjunto de variáveis que levam à compreensão da evasão por essa perspectiva.

No Brasil, a concentração histórica de renda reflete no acesso à educação. O quadro abaixo mostra que os segmentos de menor condição socioeconômica da sociedade possuem menor representatividade relativa nas universidades federais que os segmentos mais abastados.

Distribuição percentual de estudantes das universidades federais e na sociedade brasileira por classes econômicas¹ - 2009

	A1	A1	B1	B2	C1	C2	D	E	C,D,E
Universidades federais	2,35	12,90	17,58	23,49	19,59	14,01	9,60	0,47	43,67
Sociedade brasileira	0,50	4,0	9,10	19,30	25,60	23,20	17,10	1,10	67,0

Fonte: Andifes, 2011.

Considerando a população brasileira como um todo, a maior parte dos brasileiros encontram-se nas classes C, D e E², o que corresponde a uma realidade distinta do perfil

¹Segundo critério utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a classe social, de acordo com a renda familiar é a seguinte: A = acima de vinte salários mínimos; B = entre dez e vinte salários mínimos; C = entre quatro e dez salários mínimos; D = entre dois e quatro salários mínimos; e E = até dois salários mínimos.

²E tendo em vista que as classes C, D e E são as que possuem menores condições socioeconômicas, segundo o Fonaprace (1997), os alunos dessas classes são os que compõem o perfil da demanda potencial por assistência estudantil.



socioeconômico dos estudantes matriculados das universidades federais. Enquanto 67% da população do país pertence a essas três classes, nas universidades as matrículas de estudantes provenientes desses três seguimentos são de apenas 43,67%. O contrário verifica-se quando se analisa a mesma situação considerando apenas as classes A e B, que compõem 32,9% da população brasileira. Nesse caso, a matrícula de estudantes provenientes desses dois seguimentos ocupa 56,32% das vagas oferecidas nas universidades federais. Tem-se, portanto, um indicativo de como os condicionantes socioeconômicos repercutem na trajetória formativa dos alunos, o que sinaliza a relação dispar que existe entre distribuição de renda e acesso à educação.

Esse quadro também pode ser confirmado ao se examinar a taxa de escolarização dos jovens entre 18 e 24 anos, que compreende a faixa etária regular do ensino superior.

Taxa de escolarização percentual de jovens entre 18 e 24 anos no Brasil por rendimento

	1º quinto³	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
Brasil	7,9	9,4	13,8	23,8	52,7

Fonte: Ipea, 2010.

O que se percebe é que a taxa de escolarização dos indivíduos brasileiros está diretamente relacionada às suas condições financeiras. Constata-se que, quanto melhores as condições econômicas, maior é o índice de indivíduos entre 18 e 24 anos que se encontram na educação superior. De modo geral, para os indivíduos do 4º quinto de renda, a taxa de escolarização superior é de 23,8%. Considerando os indivíduos do 5º

³ Cada quinto representa 20% da população, sendo que no 1º quinto estão os 20% mais pobres da população brasileira, e no 5º quinto os 20% mais ricos.



quinto de renda, o nível de escolarização é ainda maior, chegando a 52,7%, o que é muito superior aos 15,10% concernentes ao total de jovens nessa faixa etária na educação superior brasileira, conforme o Censo da Educação Superior de 2012. De forma adversa, nos grupos do 1º, 2º e 3º quintos de renda, a taxa de escolarização em nível superior não chega a atingir o mesmo índice que o panorama geral brasileiro, de somente 7,9%, 9,4% e 13,8%, respectivamente.

Outro fato é que a grande maioria dos estudantes entre 18 e 24 anos vive com renda *per capita* igual ou abaixo de um salário mínimo.

Taxa de escolarização⁴ das pessoas de 18 a 24 anos de idade por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*

1 salário	38,5%
½ a menos de 1 salário	24,2%
¼ a menos de ½ salário	24,1%
Menos de ¼ salário	25,3%

Fonte: IBGE, 2009.

Para os indivíduos nessa condição, as dificuldades de escolarização são demasiadamente acentuadas, e, quando esse público consegue ingressar na educação superior, enfrenta grandes dificuldades de continuidade dos estudos, entre outros motivos, por problemas de ordem econômica. Diante disso, parte significativa dos estudantes das classes populares precisam conciliar trabalho e estudo, na maioria das vezes, sem apoio financeiro do Estado, para dar continuidade à escolarização de nível superior (OLIVEIRA; BITTAR, 2010).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 2012, ainda em consideração os jovens entre 18 e 24 anos, revelou que 47,3% somente trabalha, 14,8%

⁴ A taxa de escolarização corresponde ao percentual de estudantes na faixa etária determinada em relação ao total de pessoas do mesmo grupo de renda.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



trabalha e estuda, 14,5% somente estuda e 23,4% não trabalha nem estuda. Esses dados demonstram que a grande maioria dos jovens em idade regular de estar na educação superior encontram-se apenas trabalhando. Como se nota, apenas 14,8% conseguem conciliar o trabalho com os estudos. Esses dados evidenciam que o trabalho se sobrepõe aos estudos na vida dos jovens na faixa etária em questão e são poucos os que conseguem conciliar as duas demandas.

Dados de uma pesquisa realizada por Adachi (2009) sobre a evasão nos cursos de graduação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) reforçam a dificuldade que os jovens sentem de conciliar os estudos com o trabalho. Nesse estudo, constatou-se que 80% dos casos de evasão na referida universidade ocorreram com alunos que trabalhavam concomitantemente aos estudos. Ainda se verificou que, do total dos estudantes não evadidos, apenas 30% trabalhavam, sendo que 70% eram apenas estudantes. O perfil dos estudantes que permanecem na educação superior, desse modo, é formado primordialmente por não trabalhadores, ao passo que o dos estudantes que se evadem é composto prioritariamente por trabalhadores. Torna-se evidente, destarte, que o trabalho é um fator que limita e, por vezes, impede a trajetória dos estudantes que conseguem ingressar na educação superior, em razão da dificuldade de conciliar ambas as atividades.

Diante desse quadro, é necessário considerar que uma das importantes causas do abandono escolar é o trabalho. Jovens que têm que conciliar o trabalho com os estudos, com vistas a garantir o seu sustento e colaborar com a família, enfrentam dificuldades de permanência nas instituições de ensino. O trabalho, muitas vezes, é buscado para que esse aluno carente tenha condição de se manter nos estudos. Nesse caso, a assistência estudantil seria um suporte financeiro importante para contribuir para que esse estudante tenha condições de permanecer nas instituições de ensino superior, sem a necessidade de trabalhar para custear suas despesas. Portanto, observa-se que, por mais que esteja em curso um processo de democratização das oportunidades educacionais aos grupos com



histórico de exclusão social, dentre os quais a classe trabalhadora, persiste uma exclusão, mesmo que velada, desses segmentos. Portanto, a educação ainda é fortemente marcada por condicionantes de classe.

A escolha do turno de estudo também reflete a problemática da renda dos estudantes, o que também se relaciona com a questão do trabalho. Grande parte dos estudantes de baixa renda frequenta principalmente os cursos noturnos, o que pode ser comprovado tendo em vista que 52,5% dos estudantes dos cursos noturnos são provenientes das classes C, D e E, ao passo que, das vagas do turno matutino, 57,9% são ocupadas por estudantes pertencentes às classes A e B, realidade que se repete nos cursos integrais, em que 65,3% das vagas são ocupadas pelas classes mais altas (ANDIFES, 2011). Os estudantes do turno noturno, geralmente aqueles que trabalham durante o dia, “acabam se tornando inadimplentes, evadindo ou mesmo concluindo um curso em condições que não permitem agregar maior valor à formação e à qualificação para o mundo do trabalho, assim como para o desenvolvimento pessoal e preparo para o exercício da cidadania” (OLIVEIRA; BITTAR, 2010, p. 13).

Portanto, a divisão entre os grupos econômicos se estabelece não apenas no que se refere ao acesso às instituições de educação superior, mas na forma como se esse acesso se concretiza. Diferentes classes sociais, por mais que estejam inseridas dentro do universo acadêmico, estão divididas entre os que estudam durante o dia, em cursos normalmente integrais, de maior prestígio social; e os que estudam a noite, em grande parte trabalhadores, a quem são destinados mormente cursos menos elitizados, como as licenciaturas.

Nesse sentido, o tempo dispensado no trabalho é um dos limitadores da vida acadêmica plena. Nesse contexto, o aluno trabalhador enfrenta muita dificuldade para ter uma vivência universitária. Ele chega pouco antes da aula – quando não chega atrasado – e sai ao final da noite esgotado para um curto descanso, muitas vezes, preocupado em não

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



“perder a hora no dia seguinte”. A sua carga horária diária de trabalho não permite ao aluno trabalhador atender as demandas acadêmicas do curso e as outras, de ordem social e cultural; participação de eventos; festas organizadas pela turma; e outras atividades. Todos esses fatores acabam levando o estudante ao isolamento, por se sentir a margem, por não poder participar de diversas atividades que se relacionam a investimentos na formação (ZAGO, 2006).

Os estudantes de famílias de baixa renda precisam financiar seus estudos, e, em certos casos, contam com a ajuda familiar para se manter. Alguns, sendo de outras cidades ou estados, ainda enfrentam a dificuldade de ter suas despesas aumentadas por não residirem com suas famílias. Para os estudantes oriundos de outras localidades, a solução é viver em casas de estudante universitário, quando há vaga; morar com parentes; ou dividir residência com colegas, ou irmãos (ZAGO, 2006). Em referência aos estudantes das universidades federais, a maioria reside com os pais ou companheiros, o que representa 65,15%; 25,3% residem em casa de amigos, casa de familiares, casa mantida pela família, pensão, hotel, pensionato e/ou república; 6,33% moram sozinhos; e apenas 2,5% moram em residência universitária (ANDIFES, 2011).

Considerando essa realidade, um especial cuidado é necessário com o aluno que não mora em residência familiar em razão de mudança de localidade para realização de curso superior. Tendo em vista a baixa disponibilidade de vagas em residências universitárias, os estudantes provenientes de localidades distantes, que se mudam de cidade para cursar a graduação, têm que manter a moradia. A isso, somam-se outras despesas básicas, como alimentação e transporte. O orçamento destinado para a manutenção de necessidades básicas, portanto, é bastante representativo. Além disso, o ideal seria que o estudante tivesse condições de investir recursos também na sua formação, como compra de livros e outros materiais necessários de acordo com cada curso, participação de eventos acadêmicos, realização de cursos, e mais. Entretanto, para

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



um estudante de baixa renda, o valor que lhe é destinado para se manter, normalmente composto por recursos familiares, e, outras vezes, fruto de seu próprio trabalho, é, muitas vezes, insuficiente para suprir mesmo suas necessidades mais elementares de forma satisfatória. Para esses alunos, a permanência na educação superior é penosa, e, por isso, eles demandam assistência.

Entendendo-se que a educação é tida como um dos instrumentos para minorar as desigualdades sociais, é preciso cuidar para que as problemáticas da permanência, e, logo, a evasão, não colaborem para a perpetuação desse quadro histórico de segregação e exclusão social no âmbito interno das instituições de ensino superior.

Considerando as fragilidades apresentadas pelos estudantes, alguns programas de assistência estudantil são desenvolvidos, como é o caso do programa de bolsa alimentação, que atende a 15,03% dos alunos das universidades federais brasileiras. A maioria dos alunos que recebe esse benefício é pertencente às classes C, D e E, que são os que possuem perfil para esse tipo de programa. O benefício chega a 48,37% dos alunos da classe C, 34,28% da classe D e 37,26% da classe E. Porém, os alunos das classes A e B também são contemplados com esse benefício, sendo favorecidos 4,54% na classe A e 5,39% na classe B. Em se tratando de bolsa de permanência escolar, o mesmo fato se observa, sendo que do total de estudantes universitários brasileiros, 10,53% recebem o benefício. Dos estudantes da classe C, 35,68%; da classe D 28,66% e da classe E 39,58%. Já nas classes A e B, que não compõem o perfil de assistência estudantil, 1,18% da classe A e 8,22% da classe B são atendidos pelos programas de bolsa permanência. Esses dados sinalizam um desvirtuamento da finalidade dos benefícios, que deveriam contemplar os estudantes que de fato se encontram em situação de vulnerabilidade econômica, mas acabam, mesmo que em pequeno percentual, sendo destinados aos estratos mais elevados da sociedade.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Embora não se tenha levantamentos consolidados sobre a causa desse “desvio”, em certa medida ele é decorrente das dificuldades relativas ao estabelecimento de processos mais eficazes de seleção dos candidatos. O número de estudantes é muito grande, e o processo de seleção, quase sempre, limita-se à análise de documentos. Nem sempre é possível a realização de visitas às famílias e uma verificação mais próxima da veracidade das informações prestadas.

Em considerando o panorama de fragilidade econômica dos alunos, ainda vale averiguar os motivos elencados pelos universitários para o trancamento de matrículas nos cursos de graduação. Constatou-se que, na classe A, 15,25% dos alunos trancaram matrícula, sendo que a principal justificativa apresentada foi a insatisfação com o curso. Na classe B, 41,07% dos alunos trancaram a matrícula, alegando, em primeiro lugar, a necessidade de tratamento de saúde, seguido da insatisfação com o curso. Já, na classe C, em que 33,6% dos alunos trancaram matrícula, o motivo preponderante foi a licença maternidade, seguida do impedimento financeiro. Na classe D, o índice de trancamento de matrícula foi de 9,6%, sendo que em primeiro lugar aparece o impedimento financeiro, seguido da licença maternidade como justificativa. E, por fim, na classe E, em que apenas 0,47% dos alunos realizaram o trancamento de matrícula, a maior justificativa foi a insatisfação com o curso, seguido do impedimento financeiro (ANDIFES, 2011).

Com base nesses dados, depreende-se que o trancamento de matrículas é maior nas classes A e B. Porém, nessas classes mais abastadas, o principal motivo é a insatisfação com o curso. Nesse caso, o trancamento ocorre em razão da relação que o aluno estabelece com o curso, em decorrência da falta de identificação com o mesmo, o que se relaciona com suas expectativas, com o seu desejo/sonho de realizar o curso, e com o conhecimento que tem sobre ele. Além disso, a insatisfação pode sofrer influência do desempenho do estudante, de modo que, quando ele não obtém êxito, pode se sentir desestimulado, desinteressado a continuar sua formação no curso em que se encontra. Já

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



nas classes C, D e E, os principais fatores que justificam o trancamento são a licença maternidade e o impedimento financeiro. Isso é indicativo de que estudantes das classes menos favorecidas, ao trancarem seus cursos, sofrem mais influência de fatores externos à universidade, como é o caso da conciliação da trajetória escolar com a construção da família, e também das condições socioeconômicas deficientes.

Esses dados reforçam a tese de que, para os grupos em situação de fragilidade socioeconômica, os condicionantes de ordem financeira exercem papel de limitadores e, por vezes, até impeditivos da construção e conclusão de uma trajetória acadêmica. Para as classes C, D e E, portanto, é notório que a assistência estudantil na modalidade de auxílio financeiro é elementar para que esses estudantes tenham condições de continuar nos estudos, sem o trancamento de suas matrículas.

Nessa perspectiva, para além das necessidades de ordem econômica, a necessidade de um capital cultural marca a evasão dos alunos com menor poder aquisitivo, que são afetados pela desigualdade social (BAGGI; LOPES, 2011). Muitas vezes, alunos de baixa renda, que não tiveram acesso facilitado a bens culturais, não conseguem dominar os mesmos códigos valorizados e exigidos no meio acadêmico, e, com isso, o aprendizado se torna dificultoso, e eles se sentem excluídos, mesmo dentro das instituições de ensino superior. Alguns, diante dessa realidade, tendem a se evadir. Ao contrário, os alunos que já cresceram tendo acesso a um maior capital cultural, sentem menos estranhamento no ambiente acadêmico, e conseguem se adequar ao que lhes é demandado nesse meio.

Portanto, essas fragilidades sociais, econômicas e culturais são preocupação dos sistemas públicos e privados de ensino, e constituem questões a serem consideradas em profundidade. Partindo do quadro de fragilidade socioeconômica que atinge grande parcela dos estudantes universitários brasileiros, e tendo como pressuposto que a garantia da oferta de vagas não é suficiente para que os estratos de baixa renda consigam construir

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



uma trajetória acadêmica de sucesso, a assistência estudantil surge com uma demanda com vistas a possibilitar a permanência desses estudantes nas instituições de ensino superior, e, assim, evitar a evasão por motivo de ordem econômica. A assistência estudantil, por assim ser, constitui uma medida voltada para a redução dos efeitos da desigualdade.

Nesse sentido, nota-se que as políticas públicas voltadas para o campo da educação têm buscado relacionar a expansão com a democratização do acesso. Dessa forma, além da ampliação do número de vagas, são firmadas ações para que indivíduos dos diversos segmentos da sociedade possam integrar, de fato, esse nível de ensino.

Nesse contexto, em meio às políticas voltadas para a expansão e democratização engendradas a partir dos anos 2000, encontra-se o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096 de 2007. O programa apresenta como objetivo primordial criar condições de ampliação do acesso e permanência na educação superior, por meio do melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos já existentes nas universidades federais (art. 1º). Em uma de suas metas, propõe-se a elevação da taxa de conclusão dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento. Para tanto, apresenta como diretrizes, conforme o art. 2º: I – redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, principalmente no período noturno; e V – ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil.

Conforme consta em documento que estabelece as diretrizes do REUNI, a ampliação das políticas voltadas para a inclusão e assistência estudantil busca promover a igualdade de oportunidades para os estudantes que se encontram em situação socioeconômica adversa, o que se relaciona com a inclusão, democratização do acesso e também permanência. Desse modo, estabelece-se que a avaliação das medidas de inclusão social será realizada em conformidade com o quadro de sucesso ou fracasso

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



percebido nos índices de evasão, considerando a evolução em termos de perfil social e econômico dos estudantes ingressantes nas universidades, bem como de acordo com as políticas voltadas para a assistência estudantil e as ações afirmativas.

Como se nota, no bojo das políticas voltadas para a expansão e democratização da educação superior brasileira, emerge a problemática da permanência dos estudantes nas instituições de ensino. Nesse sentido, com vistas a propiciar uma democratização efetiva desse nível de ensino aos diversos segmentos da sociedade, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi instituído pela Portaria Normativa nº 39 de 2007 do Ministério da Educação, e regulado pelo Decreto nº 7.234 de 2010. O PNAES é um programa do governo federal voltado para a ampliação das condições de permanência dos estudantes na educação superior pública federal, o que abrange as universidades e os institutos federais.

Segundo consta no Decreto nº 7.234 de 2010, art. 2º, o referido plano tem como objetivos: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. Para tanto, o programa prevê ações voltadas para as seguintes áreas, conforme art. 3º, § 1: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

A assistência estudantil tem como propósito fornecer recursos necessários para a superação de barreiras que impedem ou dificultam o bom desempenho dos alunos no ambiente acadêmico (FINATTI; ALVES; SILVEIRA, 2006, 2007). Sendo assim, ela contempla não somente os aspectos econômicos, como alimentação, moradia, vestuário, transporte e recursos financeiros, mas também abrange os direitos humanos, de modo que

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



atende o campo da saúde, o acesso a instrumentos didáticos e pedagógicos, e o acompanhamento às necessidades educativas especiais.

Segundo consta no Decreto nº 7.234 de 2010, art. 4º, parágrafo único: “As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras”. Essas ações, ao buscarem minorar as desigualdades no âmbito da universidade, influenciam de forma positiva a permanência dos estudantes na educação superior, possibilitando a eles que, a despeito das condições adversas que envolvem a construção de uma trajetória acadêmica, consigam concluí-la com sucesso.

Em se tratando de financiamento, verifica-se que os recursos para o PNAES têm aumentado a cada ano, passando de R\$125,3 milhões em 2008⁵ para R\$ 500 milhões em 2012, e chegando a R\$ 604 milhões em 2013. De acordo com dados do Relatório de Gestão da Secretaria de Educação Superior do MEC do exercício de 2013, nesse ano, 59 universidades federais receberam o montante de R\$ 603.787.226,19, valor que garantiu 1.415.185 auxílios destinados a assegurar condições de permanência aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica e, assim, evitar a evasão nessas instituições de ensino.

Porém, segundo a Andifes, é necessário um aumento da ordem de R\$ 1,4 bilhões no orçamento destinado à assistência estudantil para que a demanda da rede federal seja atendida. Isso porque, com o atual repasse e considerando o quadro de alunos com situação de vulnerabilidade socioeconômica, a associação afirma que apenas 27% do total da demanda é atendida. Portanto, o desafio da ampliação das oportunidades de permanência por meio das políticas de assistência estudantil está na expansão do financiamento para atender a grande demanda que ainda se apresenta. O financiamento,

⁵ Considera-se o ano de 2008 por ser o período a partir do qual as universidades passaram a receber recurso específico para assistência estudantil.



desse modo, é o instrumento necessário para dar suporte à política de assistência estudantil em andamento, bem como para aprimorá-la e expandir seu campo de ação.

Considerações Finais

O Brasil é um país heterogêneo em aspectos sociais, culturais, e, sobretudo, econômicos. Há uma distribuição de renda acentuadamente desigual, que faz com que haja uma pequena parcela de pessoas altamente abastadas financeiramente, e uma imensa parcela de pessoas que se encontram entre as classes média e baixa. Essa fragilidade socioeconômica reflete em exclusão educacional, principalmente no nível superior. Nesse sentido, são necessárias medidas que possibilitem a redução dessas desigualdades, de modo a assegurar a todos os segmentos sociais uma maior justiça no acesso ao ensino superior de qualidade.

Considerando que o acesso a esse nível de ensino ainda é bastante restrito, e, portanto, há uma grande demanda a ser atendida, encontram-se em curso políticas voltadas para a expansão e democratização das condições de acesso. Em decorrência dessas medidas, cada vez mais a diversidade de grupos sociais que compõe a sociedade passa a integrar as instituições de ensino superior. Tendo em vista esse maior contingente de alunos nas instituições de ensino, os quais trazem consigo suas carências sociais, culturais, educacionais, e, sobretudo, econômicas, a assistência estudantil torna-se uma condição fundamental para sustentar de forma prática a democratização da educação superior brasileira.

Entende-se que, em razão do perfil de classe no Brasil e, conseqüentemente, do perfil socioeconômico dos estudantes brasileiros, um dos condicionantes mais significativos que levam os jovens ao abandono do ensino formal são as condições econômicas deficientes, que os impedem de trilhar um percurso escolar de forma produtiva e duradoura. Quando o estudante de classe média baixa ou baixa consegue ingressar na graduação, manter-se nos cursos é um grande obstáculo. Para esses alunos,

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



por mais que o seu esforço e dedicação lhe garantam o ingresso, a permanência, sem financiamentos ou políticas de assistência estudantil, garantidas pelo Estado ou pelas próprias instituições de ensino, torna-se dificultada, e, por vezes, impossível. Por assim ser, a questão da evasão coloca-se como um dos maiores desafios da gestão da educação superior, visto que a problemática passa a ser garantia da permanência na graduação, com vistas a possibilitar a conclusão dos cursos de forma exitosa.

Considerando que o abandono dos cursos superiores é um prejuízo não apenas para o aluno que se evade, mas, também, para sua família, para a instituição de ensino, bem como para o próprio Estado, é necessário entender a evasão da educação superior ocasionada por condicionantes de ordem financeira com um problema grave da educação superior. Depreende-se, portanto, que para além da expansão quantitativa das vagas, as medidas que asseguram a permanência dos indivíduos menos favorecidos economicamente nos cursos de graduação ampliam as oportunidades de sucesso, e, logo, tornam a educação superior mais inclusiva, mais democrática.

Nessa perspectiva, o PNAES, enquanto política voltada para a assistência aos estudantes, com diretrizes e ações que apontam para o suporte à permanência dos estudantes nas instituições de ensino, a despeito de suas carências e limitações, constitui um avanço importante. A ajuda aos estudantes de baixa renda estabelecida pelo programa, portanto, é um importante instrumento de combate à evasão motivada por deficiências socioeconômicas.

O que se verifica é que se encontram em curso políticas que viabilizam o avanço concreto da educação superior brasileira, as quais se materializam por meio de programas e ações que buscam garantir condições efetivas para que os estudantes possam ingressar nas instituições de ensino superior e realizar seus cursos com sucesso, contando com amparo financeiro, pedagógico, de saúde, e outros que porventura se mostrarem necessários.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Percebe-se, pois, um processo de fortalecimento gradativo dos mecanismos que viabilizam o êxito acadêmico, e, conseqüentemente, evitam que o aluno se evada. Entretanto, depois das eleições presidenciais de 2014, a realidade econômica do Brasil ganhou “cores cinzentas”. Os contingenciamentos e cortes orçamentários podem conspirar contra a continuidade de uma política que vem mostrando resultados positivos. A interrupção de políticas sociais gera prejuízo não apenas na dimensão financeira, mas, também, em termos de credibilidade da sociedade civil na ação governamental no que se refere ao desenvolvimento de políticas públicas de caráter social. Diante disso, espera-se que os gestores públicos da área da educação tenham compreensão da importância da manutenção das políticas que assegurem a permanência dos estudantes das classes sociais menos favorecidas no ensino superior.

Por fim, não pode deixar de reforçar que a vulnerabilidade socioeconômica é apenas uma das facetas da evasão. Quando ela ocorre por esse motivo, medidas de assistência estudantil, como o PNAES, atuam de modo a inibi-la ou minimizá-la. Porém, uma série de outros fatores (históricos, sociais, culturais, pessoais e outros), que não foram contemplados neste estudo, também merecem ser investigados. Portanto, a evasão na educação superior brasileira, mesmo que não seja uma problemática recente, merece ser investigada. Nessa direção, tornam-se importantes estudos que se debruçam sobre as peculiaridades da evasão, não apenas no Brasil, de forma geral, mas também em contextos e instituições específicas.

Referências

ADACHI, Ana Amélia Chaves Teixeira. *Evasão e evadidos nos cursos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



ALMEIDA, E. P.; VELOSO, T. C. M. A.. *Evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, campus universitário de Cuiabá: Um processo de exclusão*. Cuiabá, MT: UFMT, 2002.

ANDIFES. *Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras*. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Brasília, 2011.

BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos; LOPES, Doraci Alves. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 2, p. 355-374, jul. 2011.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2009: primeiras análises – situação da educação brasileira, avanços e problemas. Brasília: Ipea, 2010.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2012: síntese dos indicadores. Rio de Janeiro: Ipea, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior de 2009*. Brasília, INEP, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior de 2012*. Brasília, INEP, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. *Relatório de Gestão do Exercício de 2013*. Brasília, 2014. Disponível em: file:///C:/Users/Chaiane/Downloads/relatorio_gestao_exercicio_2013_sesu.pdf. Acesso em: 03/06/15.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa. Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Diário Oficial da União. Brasília, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Decreto. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Diário Oficial da União. Brasília, 2007.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



BRASIL. Presidência da República. Decreto. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Diário Oficial da União. Brasília, 2010.

FINATTI, Betty Elmer; ALVES, Jolinda de Moraes; SILVEIRA, Ricardo de Jesus. Perfil sócio, econômico e cultural dos estudantes da Universidade Estadual de Londrina – UEL – indicadores para a implantação de uma política de assistência estudantil. *Libertas*, Juiz de Fora, v. 6 e 7, n. 1 e 2, p. 246-264, jan./dez. 2006, jan./dez. 2007.

LIMA JÚNIOR, Paulo; OSTERMANN, Fernanda. Contribuições da pesquisa em educação e em ensino de ciências para a compreensão da evasão no ensino superior: lacunas na pesquisa com respeito aos cursos de graduação em Física. *XII Encontro de Pesquisa em Ensino de Física*, Águas de Lindóia, 2010.

OLIVEIRA, João Ferreira; BITTAR, Mariluce. Ensino Superior noturno no Brasil: democratização do acesso, da permanência e da qualidade. In: I Congresso Ibero-Brasileiro - VI Congresso Luso-Brasileiro IV Congresso do Fórum Português, 2010, Elvas. Anais do I Congresso Ibero-Brasileiro - VI Congresso Luso-Brasileiro IV Congresso do Fórum Português. Rio de Janeiro - RJ : *Associação Nacional de Política e Administração da Educação* - ANPAE, 2010. p. 1-17.

OLIVEIRA, João Ferreira; CATANI, Afrânio Mendes. A reconfiguração do campo universitário no Brasil: conceitos, atores, estratégias e ações. In: OLIVEIRA, João Ferreira (Org.). *O campo universitário no Brasil: políticas, ações e processos de reconfiguração*. Campinas: Mercado das Letras, 2011.

SEMESP. *Mapa do Ensino Superior no Brasil – 2015*. São Paulo: Semesp, 2015. Disponível em: <http://convergenciacom.net/pdf/mapa-ensino-superior-brasil-2015.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2016.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo; MOTEJUNAS, Paulo Roberto; HIPÓLITO, Oscar; LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. A evasão no Ensino Superior Brasileiro. Instituto Lobo para o Desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Tecnologia. *Cadernos de Pesquisa*. Fundação Carlos Chagas, set./dez., 2007, v. 37, n. 132.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 32, maio/ago. 2006.

Sobre os autores

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Chaiane de Medeiros Rosa

Doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus Araraquara (em andamento). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Campus Catalão (2013). Especialista em Português Jurídico pela Faculdade Integrada Grande Fortaleza (FGF) (2013). Graduada em Licenciatura Plena em Letras Português, pela Universidade Federal de Goiás (UFG), campus Catalão (2009). Pesquisadora participante do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação de Catalão NEPEDUCA. Área de interesse em investigação científica: História da Educação, Políticas Educacionais e Educação Superior. Técnica em Assuntos Educacionais na UFG. E-mail: chaianemr@hotmail.com.

Ricardo Ribeiro

Possui graduação em Ciências Sociais e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1985), mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo (1990) e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (1996). Atualmente é professor assistente doutor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, sendo também vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar e vice-chefe do Departamento de Ciências da Educação. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Administração de Sistemas Educacionais. Atua nas seguintes áreas: utilização de recursos tecnológicos de comunicação para programas de formação; formação de professores; descentralização; avaliação institucional; e formação de conselhos de políticas públicas e sociais. Coordena os trabalhos da Incubadora de Gestores e Lideranças Educacionais da Faculdade de Ciências e Letras, UNESP/Araraquara. E-mail: despertarosol@gmail.com

Recebido em: 09/01/2017

Aceito para publicação em: 02/02/2017